

POLÍTICA UTRALIBERAL E BARBÁRIE: A EDUCAÇÃO PÚBLICA NA CORDA BAMBA

*Geraldo Balduino Horn
Sebastião Donizete Santarosa*

Política ultraliberal e ideário de extrema-direita são o verso e o reverso da mesma moeda e têm na lógica do livre mercado seu significado e seu fundamento. Trata-se de uma ideologia centrada na ideia do Estado como gerenciador dos negócios privados (mínimo em direitos sociais e máximo em produtividade e lucro). Sob sua lógica de funcionamento (da privatização dos serviços públicos e bens estatais, da redução do papel do Estado, da promoção da concorrência e do individualismo), não ocorre apenas o aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas, mas também se intensificam processos de exclusão que podem ser associados, especialmente no caso da educação, ao conceito de barbárie e ódio a tudo que é diferente dos padrões morais.

A compreensão dessa relação pode ser apreendida do pensamento crítico de intelectuais como Antonio Gramsci e Theodor Adorno. Suas reflexões contribuem sobremaneira para analisar as dinâmicas de opressão do sistema capitalista do período industrial e pós-industrial, bem como buscar possíveis formas para resistir a elas.

Gramsci, em suas análises sobre hegemonia e luta de classes, mostra como a ideologia dominante/capitalista se infiltra nas instituições e na cultura, influenciando e moldando o pensamento das massas para sustentar as estruturas de poder. Em um dos fragmentos de “Odeio os Indiferentes”, ele apresenta uma crítica mordaz à mentalidade intolerante e autoritária que permeia as sociedades que rejeitam a diversidade. Gramsci defende a luta contra essa homogeneização opressora, apontando para a necessidade de uma cultura que reconheça o “diferente” como um valor humano supremo. As visões neo e ultraliberais promovem, ao contrário, o espírito competitivo e seletivo, marginalizando todos aqueles/as que não se encaixam nos padrões impostos e estabelecidos pelo sistema sócio-econômico vigente.

Na mesma esteira, esse cenário de exclusão e intolerância também é analisado por Theodor Adorno, especialmente no texto “Educação contra a barbárie”. Ele alerta não só para os perigos do conformismo e da falta de pensamento crítico, elementos que podem levar a sociedades desumanizadas e autoritárias, como também para os riscos de cairmos na barbárie - violência explícita - que corroe as capacidades

humanas de empatia e de reflexão. A crítica de Adorno ao pragmatismo educacional - educação instrumentalizada e voltada para o mercado - revela como a alienação se intensifica em contextos onde o valor humano é substituído pelo valor de troca.

Combater a barbárie nos dias de hoje exige o fortalecimento de práticas educativas e lutas políticas que promovam a inclusão e a justiça social na perspectiva daqueles/as que vivem do trabalho. É necessário e urgente resgatar o papel da educação como um direito universal e um caminho para construir a emancipação, além de questionar os discursos de sucesso e fracasso que sustentam as avaliações em larga escala. Nesse sentido, as reflexões que realizamos nos Círculos de Leitura, por meio de lives, as manifestações de rua e as atividades que conseguimos desenvolver com os estudantes e pais continuam sendo ferramentas essenciais, embora não suficientes, para pensar alternativas que rompam com as estruturas de opressão, cultivando a esperança de um futuro mais humano e solidário.

A edição d’O Sísifo de dezembro de 2024 procura realizar um diagnóstico de conjuntura das políticas educacionais do Paraná e uma análise de estrutura mais ampla de elementos nacionais e internacionais do avanço das forças de extrema direita. Nesse sentido, na primeira matéria, Sebastião Donizete Santarosa e Marcelo Aparecido Ferreira mostram a saída para combater o processo de destruição da escola pública em nosso estado. De acordo com os autores, o caminho é retomar a organização coletiva a partir dos locais de trabalho, fortalecendo práticas de educação democrática e posicionando-se firmemente contra todas as ações arbitrárias e desumanizadoras do atual governo. Na segunda matéria, ao descrever com precisão as raízes da grave crise enfrentada pela educação pública e pelos/as profissionais do ensino, Rossano Rafelle Sczip convoca, abertamente, os trabalhadores e as trabalhadoras da educação à reorganização da luta coletiva, em nome da solidariedade de classe e em memória de nossas lutas históricas. Finalizando esta edição, Luciano Egídio Palagano e Esion Fernando de Freitas discorrem sobre a ascensão da extrema-direita no cenário global como um dos fenômenos políticos mais significativos e preocupantes do século XXI. Segundo eles, somente com um projeto político transformador, que vá além da resistência pontual e que enfrente as raízes estruturais das crises sociais e econômicas, será possível conter o avanço da extrema-direita e construir uma sociedade plural, democrática e inclusiva.

Nesta edição de encerramento de ano, é necessário lembrar Bertold Brecht: “Há homens que lutam um dia e são bons, há outros que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis”.

SÓ HÁ UM CAMINHO CONTRA O PROCESSO DE DESTRUIÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA NO PARANÁ: A RETOMADA DA LUTA COLETIVA ORGANIZADA!

*Sebastião Donizete Santarosa
Marcelo Aparecido Ferreira*

Final de ano letivo de 2024 no Paraná. Finalmente, o alívio das férias. Não adianta dormir, porém, que a dor não passa. Está provado: quem espera nunca alcança.

Como vem se tornando norma nesta terra de “gente que cuida e trabalha” - como prega o slogan do governo Ratinho Júnior, a insegurança, o desalento e a falta de esperanças se acentuam entre os profissionais da escola pública. Em oposição ao discurso vazio da propaganda governamental, o qual afirma que aqui temos a melhor educação do Brasil, as condições de trabalho e de vida de nossos educadores a cada ano se tornam mais precárias.

Desde o início deste governo em 2019, foram subtraídos inúmeros direitos dos educadores, mais da metade deles trabalha com contratos temporários, a defasagem salarial acumulada beira os 40%, os funcionários foram terceirizados e, em regra, recebem salários menores do que o mínimo regional, os níveis de adoecimento e de afastamento para tratamento de saúde são estratosféricos, a síndrome de Burnout é generalizada, imperam em nossas escolas violentas práticas de pressão por resultados, sofisticados mecanismos de controle e de vigilância, deslavadas práticas de assédio e de opressão.

Aparentemente, as ações do governador Ratinho parecem desvelar um ódio mórbido contra os educadores e a escola pública. Isso aparentemente. Na verdade, o que move o governador do Paraná em suas ações contra os profissionais da educação e, conseqüentemente, contra a escola pública não se limita ao rancor ou à perversidade subjetiva. Ratinho, como gerente de negócios, trabalha com afinco para transformar a educação em mercadoria, restringindo, assim, o direito do acesso ao conhecimento socialmente valorizado aos filhos da classe trabalhadora. A educação, na perspectiva desse governo, não é direito, é mercadoria disponível apenas a quem por ela pode pagar; a escola, por sua vez, deixa de ser espaço de humanização, transforma-se em balcão de negócios.

Os limites para o avanço desse projeto de destruição, porém, está longe do fim. Além de militarização e da verticalização da gestão de unidades escolares, aliadas à criminalização de ações de entidades representativas de educadores, Ratinho Júnior pretende privatizar nossas escolas, passando sua administração para grupos empresariais ávidos por lucros. Neste processo, o que está sendo destruído, a passos largos,

não são apenas as condições de trabalho e as estratégias de gestão da escola pública, mas os princípios fundantes da educação pública como direito de todos e, por isso, base para construção de uma sociedade democrática. O que estão sendo corroídos são os princípios constitucionais de escola pública, gratuita, democrática e de qualidade.

A gravidade do avanço desse projeto de viés fascista, vez que nega práticas democráticas e procura eliminar aqueles que a ele se opõem, se tonar maior à medida em que presenciemos o esvaziamento das lutas coletivas organizadas pelas entidades representativas de educadores e de estudantes. De forma geral, estamos vivendo uma acomodação individualista às regras do jogo imposto pelo governo. Cada um de nós parece querer cuidar de seus próprios interesses, ignorando a urgente necessidade de ações coletivas de enfrentamento.

Esse individualismo é potencializado com astúcia pelo governo através acenos com propostas de melhorias aos educadores, invariavelmente ilusórias. Entre elas, estão as recentes promessas de dobra de padrão e de nomeação de novos concursados. O governo trabalha com suas armas, obviamente, para conter eventuais revoltas, mantendo o conformismo mórbido. O problema maior, entretanto, surge quando dirigentes sindicais acabam, por outras vias, fazendo o mesmo jogo de contenção, ou seja, alimentando ilusões de que, mesmo sem lutas organizadas e riscos, sem sacrifícios (sacros ofícios), em um momento ou outro o martírio terá fim. Entre essas ilusões, está o discurso da própria presidente da APP de que esse governo irá passar e de que depois as coisas serão diferentes, de que estamos impetrando ações nos tribunais para garantir direitos, de que um ou outro parlamentar está promovendo audiência pública e fazendo reivindicações na tribuna da Assembleia Legislativa, de que estamos nos mobilizando nas comunidades contra a privatização...

Como educadores, conhecedores da história e das estruturas de poder, não temos o direito de nos iludir. Tanto o parlamento quanto os tribunais são esferas de ação adversas aos interesses dos trabalhadores. Nelas, não obteremos nenhuma vitória significativa. Sem lutas de verdade, sem enfrentamentos efetivos, nada, absolutamente nada irá melhorar. Pelo contrário, o fundo do poço ficará cada dia mais fundo. O governo Ratinho Júnior fará seus sucessores, continuaremos perdendo nos tribunais e não teremos representatividade decisiva nos parlamentos. Após se concretizar o processo de privatização de nossas escolas, virão as políticas de vauchers, a contratação de professores como micro empreendedores individuais, encarregados de monitorar reduzidas práticas de controle do acesso de estudantes a plataformas, miseravelmente pagos por metas atingidas. Os estudantes que não puderem pagar por um ensino de qualidade, por sua vez, serão submetidos a práticas escolares de mero contingenciamento da infância e da juventude, de silenciamento, de adaptação às adversidades e às injustiças das estruturas sociais vigentes.

É tempo de retomar as lutas, de nutrir a esperança de olhos, de plantar e colher com as mãos a pimenta e o sal.

EM MEMÓRIA DE NOSSAS LUTAS, EM SOLIDARIEDADE A TODOS OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA EDUCAÇÃO E POR NOSSA EMANCIPAÇÃO - UM CHAMADO À REORGANIZAÇÃO

Rossano Rafelle Sczip

Trabalhadores e trabalhadoras da Educação,

Há um consenso de que a educação pública e o exercício da docência enfrentam uma grave crise. Crise agravada pelo intenso e acelerado processo de submissão da educação pública à lógica privada, manifestada na crescente plataformização da educação e na uberização do trabalho docente.

A criatividade de nosso trabalho é sobrepujada por máquinas, tornando-o repetitivo, monótono, exaustivo e sem sentido. A nossa autonomia está sendo progressivamente aniquilada pela imposição de metas voltadas à produção de dados que servirão para criar novos mecanismos de dominação e reprodução do capital.

Os momentos coletivos de reflexão sobre a prática pedagógica são agora corrompidos pela organização individualizada e concorrente das atividades docentes, estrangulando a solidariedade de classe. A nossa identidade de professor e professora vem sendo, a passos largos, soterrada por afazeres burocráticos. A produção dos estudantes está voltada única e tão somente para ser corrigida por uma plataforma e não mais para ser lida e socializada, fomentando a troca de conhecimentos e experiências de vida.

Os momentos de felicidade, oportunizados quando percebemos que nossos alunos aprenderam, são agora preenchidos pela cobrança depreciadora, aflitiva, ansiosa, nervosa, conflitiva, das metas, transfigurando o ensino em uma experiência mecânica e sem alma. Caminho perigoso que nos levará à total desumanização do ensino e aprendizagem e à completa perda do significado da Educação.

De um mecanismo de consciência crítica, capaz de alicerçar as bases para a contestação da hegemonia dominante e pavimentar caminhos para a emancipação das classes subalternas, a Educação tem se convertido em instrumento da alienação, da adequação e da perpetuação das condições de exploração, expropriação e opressão.

A fronteira entre o tempo de trabalho e o tempo de vida se dissipa de tal forma que estamos sempre realizando alguma tarefa relacionada às plataformas. Somos produtores de mais-valia: nossa jornada de trabalho foi ampliada para além do nosso tempo na escola, e o tempo para outras atividades foi convertido em horas de trabalho.

Completamente desorganizados, sem amparo político e ideológico de nossos instrumentos de luta e acossados pelo assédio constante, temos buscado saídas individuais, adoecendo em silêncio, afastando-nos constantemente do trabalho, recorrendo às licenças médicas ou mesmo sem vencimentos.

O nosso cotidiano escolar atravessa um intenso processo de burocratização e uberização. Somos agora responsáveis pela nossa ficha funcional. O registro da nossa presença está no nosso celular. A anotação das ausências passou a ser de nossa responsabilidade. Além da extensão da nossa jornada de trabalho, agora acumulamos funções.

A função do professor se reduz a um papel de executor de tarefas mecânicas e reproduzidor de conteúdos pré-definidos, igualando-se ao mais simples trabalho fabril. Da mesma forma, as relações pedagógicas são esvaziadas de sentido, uma vez que o setor pedagógico é acossado para, além da responsabilização pela presença do estudante na escola, fiscalizar o acesso às plataformas.

Nossos problemas, no entanto, não se esgotam na plataformização, na uberização e nas metas atingidas a custas da nossa saúde. Juntos, representam a total submissão da educação pública e da gestão escolar aos interesses empresariais e privatistas dos governos.

Em meio a esse intenso ataque à educação pública e ao trabalho docente, sentimos-nos com as duas mãos amarradas às costas. Uma, pelas forças representantes do capital e de seu Estado, e a outra pelos próprios instrumentos de luta política e ideológica da classe, fragilizados pela partidarização, burocráticos e hierarquizados. Nossos sindicatos têm subvertido a democracia interna, ampliando estruturas meio em detrimento da assembleia estadual.

Do ponto de vista ideológico, aqueles que antes defendiam submeter nossas demandas aos estreitos limites do negociável, como se ajustar nossas reivindicações àquilo que o governo considera concedível fosse tarefa nossa, parecem agora ter criado um novo estilo sindical: o sindicalismo judicializante. Pautas que antes seriam conquistadas com greves, se arrastam anos no judiciário. Ignorados incansavelmente pelos governos, recorrem, sem constrangimento algum, a outro aparato da dominação burguesa, tática isolacionista e descolada do movimento real da classe que tencionaria as decisões judiciais e contribuiria para a elevação dos níveis de organização e consciência dos trabalhadores e trabalhadoras da educação.

Por outro lado, as respostas da oposição sindical de esquerda têm sido efêmeras e, na maioria das vezes, improvisadas. A opção pela frente de organizações acaba sempre por esvaziar-se diante das prioridades de cada força política. A formação de chapa para disputar a direção estadual pouco responde às nossas necessidades de fazer avançar a luta em defesa da educação e do trabalho docente.

Precisamos dar um salto organizativo, com identidade própria, com unidade política e ideológica, com deliberações ancoradas no debate franco, fraterno e democrático, sendo capaz de vincular nossas pautas mais imediatas à luta geral da classe pela superação das desigualdades e das injustiças.

O AVANÇO DA EXTREMA-DIREITA: IMPACTOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA, DIREITOS TRABALHISTAS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DA ESQUERDA

*Luciano Egidio Palagano
Esion Fernando de Freitas*

Introdução

A ascensão da extrema-direita no cenário global representa um dos fenômenos políticos mais significativos e preocupantes do século XXI. Em diferentes regiões do mundo, líderes e movimentos ultraconservadores têm utilizado crises econômicas, sociais e políticas como catalisadores para promover agendas que, sob a retórica de contestação ao “sistema”, acabam por aprofundar desigualdades e fragilizar instituições democráticas. Este artigo busca analisar o contexto internacional dessa ascensão, destacando suas implicações na educação pública, nos direitos trabalhistas e nas liberdades democráticas, além de discutir as estratégias necessárias para resistir ao avanço dessas forças reacionárias. O objetivo é compreender como a extrema-direita molda e explora o descontentamento popular para consolidar um projeto político que reforça as estruturas do neoliberalismo e do autoritarismo, enquanto marginaliza as alternativas progressistas e a luta por justiça social.

O Contexto Global da Ascensão da Extrema-direita

A extrema-direita se consolidou como uma força política global, explorando crises econômicas e sociais para promover agendas ultraconservadoras a partir de uma narrativa antisistema. Nos Estados Unidos, líderes como Donald Trump utilizam retóricas nacionalistas e anti-imigração para polarizar a sociedade. Na Europa, partidos como a AfD na Alemanha, o Vox na Espanha e a “Lega Nord” na Itália se destacam ao “surfarem” no descontentamento popular com discursos xenófobos e ultraconservadores.

Na América Latina, figuras como Jair Bolsonaro no Brasil, Javier Milei na Argentina e Nayib Bukele em El Salvador aliam discursos populistas a políticas neoliberais que aprofundam desigualdades. Em outros contextos, como na Hungria de Viktor Orbán e na Turquia de Recep Tayyip Erdoğan, regimes autoritários têm reforçado pautas nacionalistas, restringindo liberdades democráticas e centralizado o poder, e no exato momento em que os autores finalizam este texto, uma tentativa de “auto-golpe” está em curso na Coreia do Sul que, atualmente, é governada pelo Partido do Poder Popular (PPP) pertencente ao espectro conservador/ultra-conservador.

A expansão global da extrema-direita é sustentada por estratégias como a manipulação de crises econômicas, a disseminação de desinformação e o uso de retóricas emocionalmente

carregadas que buscam aprofundar a polarização na sociedade ao mesmo tempo em que canalizam a indignação popular para a construção de inimigos imaginários, protegendo, dessa forma, a política neoliberal dos possíveis desgastes causados pelas crises que ela mesma fomenta e estimula. Esses movimentos apresentam-se como alternativas ao “sistema”, mas na verdade buscam desviar o foco das causas estruturais dos problemas econômicos e sociais, servindo como uma espécie de escudo para o próprio sistema ao qual afirmam, na retórica, questionar. Podemos citar, como exemplo disso a resistência da Bancada Ruralista, de parte da Bancada Evangélica e outros parlamentares de direita a apoiarem temas como a extinção da jornada de trabalho 6X1. Vemos uma retórica antisistema enquanto, na prática, atuam na manutenção das políticas, e na imposição do projeto, deste mesmo sistema que afirmam combater.

Impactos na Educação Pública

A educação pública tem sido alvo prioritário da extrema-direita, políticas de austeridade e privatização ameaçam a qualidade e o acesso à educação em várias regiões. Nos Estados Unidos, o uso de “vouchers” e a proliferação de escolas “charter” têm acentuado desigualdades, enquanto cortes orçamentários no Brasil, sob o governo Bolsonaro, comprometeram o funcionamento de escolas, universidades e centros de pesquisa.

Soma-se a isso o fato de que no Brasil a instrumentalização de segmentos religiosos como o neopentecostalismo tem sido uma prática muito recorrente entre grupos políticos de extrema direita. Por meio de um discurso de conservadorismo moral, os mesmos vem buscando limitar direitos sexuais e reprodutivos, assim como o direito das mulheres. Essa atuação alcança a educação pública por meio da militarização da educação, do desmonte da democracia escolar, da intolerância religiosa no ambiente escolar e pela perseguição de educadores que trabalham a docência com fundamentação científica e crítica.

Nesse sentido, a extrema-direita busca moldar currículos escolares para refletir valores retrógrados e ultraconservadores. Temas como diversidade, direitos humanos e mudanças climáticas são frequentemente censurados ou distorcidos, enfraquecendo o pensamento crítico, a liberdade acadêmica e a laicidade da educação. Tal estratégia não apenas limita o desenvolvimento de uma geração consciente e plural, mas também consolida junto com modelos escolares autoritários, como o modelo cívico-militar, uma visão autoritária e alienada do mundo.

Impactos nos Direitos dos Trabalhadores

Os direitos trabalhistas também têm sido sistematicamente atacados. Governos de extrema-direita promovem a fragilização das leis trabalhistas e a desregulamentação do mercado de trabalho, resultando na precarização das condições de emprego, na redução da média salarial e, conseqüentemente, na piora da qualidade de vida da Classe Trabalhadora, seja no campo ou na cidade. No Brasil, a Reforma Trabalhista de 2017 e a ampliação da terceirização aumentaram a informalidade e reduziram a proteção social. Tendências semelhantes são observadas em países como a Itália e os Estados Unidos.

A agenda ultraliberal da extrema-direita favorece elites econômicas enquanto desampara os trabalhadores mais vulneráveis, incluindo migrantes e informais. Esse processo aprofunda desigualdades sociais e fragiliza os sindicatos, que historicamente desempenharam um papel crucial na defesa dos direitos trabalhistas.

A Erosão das Liberdades Democráticas

Outro aspecto alarmante do avanço da extrema-direita é a erosão das instituições democráticas. Governos autoritários restringem a liberdade de imprensa, controlam o judiciário e reprimem opositores políticos. Em países como a Hungria e a Turquia, as liberdades civis estão sob ataque constante, enquanto movimentos sociais e organizações de direitos humanos enfrentam repressão. Já o Brasil, de acordo com o relatório da Anistia Internacional, ficou em 4º lugar no número de assassinato de ativistas de Direitos Humanos no ano de 2023, ou seja, apesar de, formalmente, o país não se apresentar como um Estado onde a política de perseguição e repressão é legalizada, ela é executada de forma informal ao longo do tecido social.

Essa concentração de poder (formal e informal) não apenas enfraquece a democracia, mas também cria um ambiente hostil para a diversidade de pensamento e a participação política. As liberdades de expressão e de organização são reduzidas, dificultando a resistência popular e o fortalecimento de alternativas progressistas.

Estratégias de Resistência da Esquerda

Para enfrentar o avanço da extrema-direita, a esquerda precisa adotar estratégias abrangentes e coordenadas. A formação de alianças amplas entre partidos progressistas, sindicatos, movimentos sociais e organizações de direitos humanos é fundamental para construir uma frente unificada contra o autoritarismo.

Além disso, é essencial reafirmar os valores progressistas, promovendo políticas inclusivas que priorizem a justiça social, a educação pública de qualidade, democrática e laica, e a defesa dos direitos trabalhistas. A mobilização popular, aliada a um uso estratégico das redes sociais para combater a desinformação, pode fortalecer o engajamento cívico e ampliar a conscientização pública.

Também é crucial que a esquerda ofereça alternativas concretas ao neoliberalismo, evitando práticas econômicas que prejudicam a classe trabalhadora e alimentam a retórica de extrema-direita. Políticas voltadas para a geração de empregos de qualidade, redução das desigualdades, a reforma agrária, o combate ao latifúndio, a proteção ambiental e o fortalecimento do estado de bem-estar social são indispensáveis para reconquistar a confiança popular e enfrentar o descontentamento que dá força à extrema-direita.

No entanto, desde a construção da Frente Ampla nas eleições de 2022, o governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores tem priorizado, na área econômica, políticas que atendem os interesses do rentismo, do sistema financeiro e do agronegócio exportador. Ao evitar a auditoria da dívida pública e focar exclusivamente na produção primária, essas políticas

têm contribuído para a desindustrialização do país, enquanto destinam recursos públicos — que poderiam ser investidos em políticas sociais — para especuladores da dívida.

Portanto, é urgente uma mudança completa de foco. É necessário implementar uma política robusta de desenvolvimento nacional, sustentada por um projeto de nação que promova a industrialização, a valorização do trabalho e a justiça social. Apenas assim será possível reverter os impactos negativos das escolhas econômicas atuais e construir um futuro mais equitativo, inclusivo e que não permita o avanço da extrema-direita no seio da Classe Trabalhadora.

Conclusão

O avanço global da extrema-direita reflete um fenômeno complexo, impulsionado pela exploração de crises econômicas e sociais, pela manipulação de desinformação e pela retórica antissistema que mascara um compromisso velado com o neoliberalismo. Como analisado, esse movimento utiliza narrativas emocionalmente carregadas para polarizar a sociedade, direcionando o descontentamento popular contra inimigos imaginários enquanto protege as elites econômicas e aprofunda desigualdades.

Os impactos dessa ascensão são amplos e preocupantes. Na educação pública, políticas de austeridade, privatizações e militarização comprometem o pensamento crítico, a liberdade acadêmica e a formação de cidadãos conscientes. No campo trabalhista, a precarização das condições de trabalho e a desregulamentação favorecem elites econômicas enquanto fragilizam a classe trabalhadora e os sindicatos. Além disso, a erosão das liberdades democráticas, exemplificada pela centralização do poder, perseguição a opositores e repressão de movimentos sociais, ameaça a diversidade de pensamento e a participação política em várias nações.

A resistência a essa agenda autoritária e ultraliberal exige uma resposta coordenada da esquerda. É crucial a construção de alianças amplas entre partidos progressistas, movimentos sociais e organizações de direitos humanos, assim como a formulação de políticas inclusivas que promovam a justiça social, a valorização do trabalho e o fortalecimento do estado de bem-estar social. Apesar das limitações do atual governo brasileiro em reverter as dinâmicas neoliberais, uma mudança de foco para políticas de desenvolvimento nacional, industrialização e fortalecimento dos direitos sociais é indispensável e urgente.

Somente com um projeto político transformador, que vá além da resistência pontual e enfrente as raízes estruturais das crises sociais e econômicas, será possível conter o avanço da extrema-direita e construir uma sociedade plural, democrática e inclusiva que caminhe em direção ao Socialismo.

Participe do jornal

ENVIE SEU ARTIGO PARA

JORNAL SISIFO@GMAIL.COM

Editores: Geraldo Balduino Horn e Alexander Machado